

Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões do dia vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis

--- Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, na vila de Vila Nova de Paiva, no Auditório Carlos Paredes, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Período de Antes da Ordem do Dia-----

--- 1 - Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 30/11/2015;-----

--- Período da Ordem do Dia -----

--- 1 - Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 30 de novembro e o dia 20 de abril de 2016, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e apresentação da rede de educação, dinamizada no âmbito do modelo de governação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial "Viseu Dão Lafões 2020", e do trabalho desenvolvido ao nível da Rede de Oferta de Cursos Profissionais na Região Viseu Dão Lafões;-----

--- 2 - Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2015, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

--- 3 - Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2016, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

--- 4 - Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 16 de novembro de 2015 e 20 de abril de 2016, ao abrigo autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 30 de novembro de 2015, de acordo com a Informação de Serviço nº 135/2016, de 13 de abril nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro.-----

--- Intervenção do Público -----

--- Realizada a chamada às dezoito horas, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados:---

--- Belarmino Gomes da Costa;-----

--- Sónia Marisa Oliveira Miguel Ferreira;-----

--- João Tiago Coutinho de Carvalho Henriques;-----

--- Pedro António Figueiredo Moreira;-----

--- António José Brito Correia;-----

--- Maria Ester Vargas de Almeida e Silva; -----

--- Cristiana Maria da Silva Ferreira; -----

--- António Manuel Antunes Rafael Amaro; -----

--- João Fernando Marques Rebelo Cotta; -----

--- José Manuel Henriques Mota de Faria; -----

--- Faltaram à tomada de posse e conseqüentemente à Assembleia Intermunicipal os Senhores Deputados: -----

--- Célia Maria da Costa Sérgio, do Município de Carregal do Sal; -----

--- Carlos Fernandes Cunha, do Município de Viseu; -----

--- Verificando-se a existência de "quórum", o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Acácio Pinto, declarou aberta a Assembleia. -----

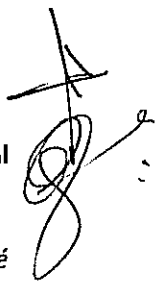
--- O Senhor Presidente da Mesa, Dr. Acácio Pinto, começou por usar da palavra e cuja intervenção se transcreve: "Dizer-vos, previamente, que esta reunião foi comunicada em março a todos os Presidentes de Assembleia Municipal da área territorial, no sentido de os informar que a reunião se efetuará a vinte e nove de abril, por forma a poderem conciliar as respetivas marcações com a da Assembleia Intermunicipal, embora haja uma ou duas sobreposições, mas são questões que nos ultrapassam e vamos portanto dar início à nossa reunião. -----

--- Gostaria, antes de pudermos iniciarmos com as intervenções dos Senhores Deputados, dar algumas informações para, obviamente, constarem na ata desta nossa reunião. -----

--- A primeira delas tem a ver com o facto de ter havido dois pedidos de renúncia ao mandato da Assembleia Intermunicipal. Foi a renúncia da Deputada de Viseu, Lúcia Silva, eleita pelo Partido Socialista, e foi a renúncia do Deputado Artur Fontes de Carregal do Sal, também eleito pelo Partido Socialista. -----

--- Para além disso, informar vos, que foi desenvolvido o processo de convocatória dos elementos que se seguiam e portanto, toda essa correspondência está aqui feita. No caso de Viseu, era Carlos Martins que pediu suspensão por não poder estar presente, e portanto, foi convocado Carlos Cunha do CDS-PP. E em Carregal do Sal também foi convocada a pessoa que seguia que também informou que não podia estar presente, portanto, essa correspondência está aqui no dossier da Assembleia Intermunicipal, se quiserem consultar. -----

--- Informamos, também, que houve uma questão que se levantou junto da Mesa, e que tem a ver com as senhas de presença dos Senhores Deputados da Assembleia Intermunicipal. E essa questão foi levantada por quanto, por uma prática que vinha sendo seguida, estava-se a pagar a senha de presença segundo o regimento anterior e o atual regimento, no seu artigo 19º, e se



quiserem posso ler, diz que *“as senhas de presença aos membros que tem direito a ela, é abonada aos membros da Assembleia Municipal do município da CIM com maior número de eleitores”*.-----

--- Ou seja, anteriormente eram abonados pelo município de Tondela, que era o município da sede, e foi por esse município que também receberam até agora. Sendo o regimento inequívoco, foi um lapso que nos passou, eu também só fui confrontado com isso, e como foi confrontado, trago agora esse assunto à Assembleia Intermunicipal para vos informar que o regimento diz no artigo 19, nº1 que aos membros da Assembleia tem direito, neste caso, ao município com maior número de eleitores, que é o município de Viseu.-----

--- Os serviços da CIM irão proceder à respetiva correção quando houver novas senhas a serem abonadas aos membros da Assembleia Intermunicipal.-----

--- Dizer-vos, também, que por acordo com os líderes partidários, com o líder do PSD - Dr. Mota Faria, o líder do PS - Dr. Marco Almeida e líder do CDS - Eng.º. António Dinis, foi incumbido a Mesa de apresentar a esta Assembleia Intermunicipal, uma proposta para que esta Assembleia se solidarize com a posição que a Comunidade Intermunicipal tomou relativamente à reivindicação da Radioterapia para o Centro Hospitalar Tondela-Viseu.-----

--- A moção foi aprovada na CIM, por unanimidade, e aquilo que eu trago a esta Assembleia, com o aval dos três elementos que eu citei, é que se possa aprovar esta moção.-----

--- Ou seja, a Assembleia Intermunicipal, reunida em Vila Nova de Paiva no dia vinte e nove de abril, solidariza-se com a posição do Conselho Intermunicipal relativamente à reivindicação da Radioterapia para o Centro Hospitalar Tondela-Viseu. E portanto, esta é a proposta da Mesa, colocando a mesma à discussão”.-----

--- Em face da ausência de pedido de intervenção o Senhor Presidente da Mesa colocou a mesma a votação.-----

--- Colocada a votação, esta foi aprovada por unanimidade.-----

--- Período de Antes da Ordem do Dia-----

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 27/04/2015 -----

--- Em face da ausência de inscrições, o senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção do Senhor Deputado, Dr. Leonídio Monteiro. --

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Leonídio Monteiro, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Comunidade, caros colegas, e todo o

público que está também, irei procurar ser breve exatamente para também ir de encontro às palavras do Senhor Presidente da Assembleia. -----

--- É a primeira vez que aqui estou na Assembleia, nesta sessão, depois de este Governo tomar posse, e congratulo-me por aquilo que está no programa do Governo relativamente aquilo, que diz sobre a agilização da justiça. -----

— Há um item que diz “Aproximar a Justiça dos cidadãos”, na página setenta e um do programa do governo e diz que, *“Para que o sistema de justiça melhore a sua relação com os utentes e com a comunidade, é fundamental apostar na simplificação de procedimentos relativamente ao acesso à informação, à transparência, à comunicação e ao tratamento dos intervenientes processuais adotando, designadamente, as seguintes iniciativas: -----*

--- A correção dos erros do mapa judiciário promovendo as alterações necessárias numa lógica de integração com a política de ordenamento do território, de valorização do interior e de diálogo com os municípios assegurando designadamente a realização em cada concelho de julgamentos que respeitem aos cidadãos desses mesmos concelhos;” -----

--- E é aqui que eu quero congratular-me porque, de facto, não tem a ver com apenas as comarcas que estavam e que foram encerradas, tem a ver com sedes de todos os Concelhos. Naturalmente, também como aqui diz, em diálogo com os municípios, espero que seja com contrapartidas financeiras da Administração Central. -----

--- Mas no meu caso concreto, e estamos também aqui em Vila Nova de Paiva, que não tem tribunal e também de Penalva do Castelo, ao longo de várias décadas fomos lutando para que pudesse haver, de facto, a possibilidade de se fazerem julgamentos e nunca foi possível, sendo que passaram os governos PS sozinho; PS-CDS; PSD sozinho; PSD-CDS e nunca foi possível esta situação. -----

--- Portanto, eu quero aqui congratular-me na Assembleia Intermunicipal exatamente por isto.

--- Espero, obviamente, que não seja engano, nem seja apenas programa de Governo, seja concretização efetiva, fazendo com que os julgamentos, em diálogo realmente com os municípios, possam realizar-se em cada um dos concelhos. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinis, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, restante membros da Mesa, Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, restantes membros que o acompanham, Senhor Secretário, restantes membros, caros companheiros, colegas, Comunicação Social. -----

--- Entendemos apresentar aqui uma moção relativamente à redução do valor das portagens nas autoestradas A24 e A25, que o teor eu passaria a ler. -----

--- "As infraestruturas rodoviárias são essenciais no desenvolvimento e competitividade dos territórios; O período de dificuldades vivido pelo país nos últimos 5 anos implicou a cobrança de portagens nas duas autoestradas que atravessam o território da CIM Viseu Dão Lafões, com implicações na economia local, na atividade das empresas e nas condições de vida das famílias;

--- O território abrangido pelas duas autoestradas A24 e A25, no território CIM Viseu Dão Lafões, apresenta indicadores genéricos de desenvolvimento inferiores ao litoral e à média nacional; O ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, anunciou que o governo irá diligenciar junta das concessionárias para conseguir a redução dos valores pagos nas portagens destas vias; As dificuldades na negociação com a concessionária da A23 referidas pelo Sr.

✓ Ministro não deve impedir a aplicação da redução nas vias A24 e A25 no imediato; -----

--- Assim, o grupo parlamentar do CDS-PP na assembleia intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões vem solicitar ao Governo que implemente no mais curto espaço de tempo a redução dos encargos nas portagens das autoestradas A24 e A25. -----

--- O teor desta moção deverá ser enviado para o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, aos grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Presidente da Assembleia da República e todos os Municípios do Distrito de Viseu. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: "Portanto a moção está apresentada eu coloco a moção em discussão, não sei se alguém quer intervir sobre a moção. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Telmo Antunes, cuja intervenção se transcreve: "Muita boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da CIM, apenas uma questão que eu acho que merecia ser alterada porque a moção tem o texto "grupo parlamentar CDS-PP" e deveria ser, ao ser aprovada, "Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões" e não grupo parlamentar. Só esta questão meramente técnica, de resto, estamos de acordo. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Marco Almeida, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Comunidade, Senhor Vice-Presidente Senhor Secretário Executivo, Senhores Deputados. -----

--- O Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta moção. No entanto, julgamos que há aqui alguns considerandos que são o facto de nela constar o "imediato". E o imediato, como disse o Senhor Deputado Dinis, será feito em princípio no mês de junho ou julho, assim disse o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas. Realçar também a oportunidade com que é apresentada esta moção. -----

--- Registamos com agrado a pressa com que o Senhor Deputado do CDS apresenta moções neste órgão, durante os anos da coligação de direita PSD-CDS, altura em que essas mesmas portagens foram introduzidas, não foi possível verificar essa mesma pressa.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinis, cuja intervenção se transcreve: “Serei telegráfico, apenas para dar concordância em relação á proposta do Deputado Telmo Antunes, tanto mais que, se foi apresentada, naturalmente, pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, mas sendo aprovada, passará a ser da Assembleia Intermunicipal, parece-me lógico que estando todos emanados no mesmo objetivo acho que faria todo o sentido ser apresentado dessa forma.

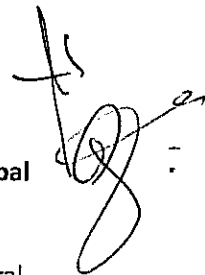
--- Em relação aos considerandos, antes de mais, quando foram introduzidas as portagens eu acho que ainda não era membro desta Assembleia Intermunicipal, portanto, estou tranquilo, e depois é evidente que nós não podemos esquecer que vivemos num período particularmente difícil, não vale a pena estarmos agora aqui a levantar grandes questões, se sabemos que tínhamos de encontrar formas de financiar uma dívida que era galopante, se as condições financeiras do País eram uma desgraça, não vale a pena irmos por este caminho e voltarmos a esta conversa. -----

--- Portanto, eu ficaria apenas por esclarecer as considerações, eu até estou particularmente à vontade porque se calhar quando foram introduzidas não estava nesta Assembleia, portanto não poderia fazer nenhum comentário de contestação em relação à sua implementação. -----

De qualquer das formas, acho que saúdo particularmente o facto de também o Partido Socialista se associar à mesma. O imediato significa o mais rapidamente possível, não estarmos a protelar as decisões, todos temos esse objetivo comum e as nossas populações, no final de contas que, não fiquem a perder com demoras e mais longas negociações, para trás e negociação para a frente que, acho que é isso que todos nós não pretendemos que, venha a acontecer, e portanto, não queremos ficar de fora deste conjunto de “benesses” que começam a ser dadas a toda gente, e portanto, também queremos ficar contemplados nessa grande família de beneficiados, e portanto, o interior precisa muito, e nós em particular precisamos, também dessa majoração positiva, discriminação positiva”. -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal, seus Secretários, Senhor Secretário da Comunidade Intermunicipal Dr. Nuno



Martinho, Senhores Deputados Municipais e Senhoras Deputadas Municipais, público em geral, Comunicação Social, muita boa tarde a todos.-----

--- O assunto que me traz nesta Assembleia é referente a um cancelamento de construção da barragem de Girabolhos, no Bogueira, rio Mondego. O Senhor Primeiro Ministro e o elenco que ele representa, sem qualquer pudor privou que nos próximos três anos não fossem criados centenas de postos de trabalho na região Centro, nomeadamente, Nelas, Mangualde, Seia e Gouveia. -----

--- Sabendo que este cancelamento se deve unicamente a uma decisão política, uma vez que as reivindicações do programa das barragens são fruto de compromissos assumidos com os partidos de esquerda fecha-se ou cancela-se, cegamente, trabalhos que já vinham ao longo do tempo a ser feitos, investimentos na ordem dos oitenta milhões, fruto disso, trago aqui uma moção a esta Assembleia, que vou passar a ler de imediato. -----

--- Alerto já que, se for aprovada a moção, por unanimidade, pode ser substituído PSD por Assembleia Intermunicipal. -----

--- *"Moção de repúdio"*-----

--- *Cancelamento da construção das barragens de Girabolhos e Bogueira no rio Mondego* -----

--- 1 - *Tendo sido anunciada pelo Governo a decisão de cancelamento da construção do aproveitamento hidroelétrico de Girabolhos, o qual tinha previsto um investimento global de 400 milhões de euros e a criação de 1000 postos de trabalho durante a construção é legítimo que se questione a decisão política que retira investimento do interior e que lesa o desenvolvimento equilibrado das regiões.*-----

--- 2 - *Sendo do conhecimento público que o investimento era privado e já estava contratualizado com o Grupo Endesa e que no caso da Barragem do Fridão o projeto foi apenas suspenso, é legítimo que se questione porque é que no caso de Girabolhos, se procedeu antes ao seu cancelamento.*-----

--- 3 - *Não tendo sido, ouvidas as populações sobre a decisão, nem devidamente esclarecidas sobre os seus fundamentos.*-----

--- 4 - *Considerando que a decisão é lesiva para os interesses económicos locais:*-----

--- *Considerando que esta decisão aprofunda as desigualdades de desenvolvimento entre regiões;*-----

--- *Considerando que esta decisão deita por terra as expetativas de desenvolvimento económico, que foram criadas com a contratualização e início do projeto em causa. Tendo sido criadas expetativas aos municípios de Nelas, Mangualde, Gouveia e Seia, de que o investimento que*

estava em execução seria concretizado e que dele obviamente resultariam ganhos para a economia local. -----

--- Considerando uma vez mais, que a região centro é preterida por outras, não podendo em prol dos nossos municípios, deixar de reivindicar que esta obra se mantenha no Plano Nacional de Barragens e, não seja cancelada.-----

--- 5 - Caso o governo, mantenha a decisão tomada, contra a vontade das populações abrangidas pela construção, deverá ser garantido às mesmas:-----

--- A manutenção e conservação dos acessos já construídos.-----

--- Direito dos proprietários, se o pretenderem, a reverterem a expropriação dos terrenos readquirindo as propriedades.-----

--- Adequada compensação aos municípios e comunidades, pelos prejuízos causados pela não realização do projeto.-----

--- 6 - Propomos que a Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões, aprove esta moção de:---

--- Repúdio pela decisão do Governo de cancelamento de construção do aproveitamento hidroelétrico de Girabolhos.-----

--- Manifestação da vontade dos Municípios dos Municípios abrangidos que seja reavaliada a decisão tomada e que o investimento seja realizado.-----

--- Mantendo o Governo a decisão, contra a vontade das populações, seja, os Municípios e comunidades devidamente compensados dos prejuízos causados pela não realização do projeto.

--- 7 - Que do teor da presente moção seja dado conhecimento:-----

--- Ao senhor Presidente da República.-----

--- Ao senhor Presidente da Assembleia da República.-----

--- Ao senhor Primeiro Ministro.-----

--- Ao senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas.-----

--- Ao senhor Ministro do Ambiente.-----

--- Grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.-----

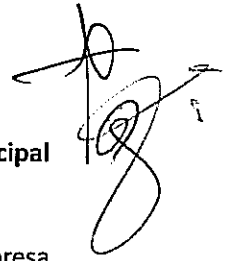
--- Às Assembleias Municipais dos Municípios de Nelas, Mangualde, Seia e Gouveia.-----

--- Divulgação na Comunicação Social.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Marco Almeida, cuja intervenção se transcreve:

“Relativamente à moção apresentada irei pessoalmente votar contra pelos seguintes razões:---

--- A moção apresentada diz que o cancelamento do investimento foi uma decisão política, discordo, como o Senhor Deputado José António disse isto é um investimento privado.-----



--- A partir do momento em que o investimento é privado e existe uma não vontade da empresa em continuar com esse investimento, a decisão política cai por terra! -----

--- O Senhor Deputado também deveria saber que há um documento datado de 2013, da empresa Endesa para com o Governo, de intenção de não continuar com este investimento.---

--- Julgo que o Senhor Deputado Dr. Sobral Abrantes tem conhecimento dessa informação, aliás, ainda ontem discutimos isso em reunião da Assembleia Municipal de Mangualde, onde pode testemunhar esta informação. Relativamente a este ponto gostaria também de realçar que este era um investimento em que envolvia mais do que uma parte, o privado e o Governo. O Senhor vai-me desculpar, eu ouvi-o com atenção, agradeço que faça o mesmo. -----

--- Pelo conhecimento que tenho, existem já conversações entre as autarquias abrangidas pelo investimento, a empresa e o Estado português, no sentido de nem os municípios, nem as pessoas saírem prejudicadas relativamente ao investimento que fizeram. -----

--- Por isso mesmo, enquanto não tiver mais informação do Ministério do Ambiente acerca das razões que levaram a este cancelamento não poderei votar a favor desta moção."-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Sobral Abrantes, cuja intervenção se transcreve: "Muita boa noite Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da CIM, Senhores Deputados Municipais, Imprensa e restantes presentes. Eu queria aqui trazer o meu apoio, enquanto mangualdense transmitir a realidade de Mangualde, relativamente, ao cancelamento desta barragem. Falou-se aqui que, em dois mil e treze houve um documento, desconheço, mas é história, porque implementação da obra iniciou-se em dois mil e catorze e a fase principal das apropriações ocorreu no ano de dois mil e quinze."-----

--- Se houve esse documento obviamente que está desfasado, não tem interesse para a situação. Os mangualdenses, obviamente, sentem-se prejudicados, sentem-se enganados, porque uma coisa é anunciar-se uma obra, está no papel, enquanto não começa pode sempre não ser executada. No caso concreto, iniciaram-se os acessos em diversos concelhos, houve pessoas que tinham propriedades de familiares que queriam continuar a serem proprietários, foram expropriados contra a sua vontade, quando há um interesse público relevante temos que aceitar. As culturas deixaram-se de praticar, aqueles terrenos já não podem ser utilizados para a mesma cultura, porque estão de morto alguns há anos, oliveiras, videiras, os terrenos estão de morto não se podem já aproveitar, terão que voltar a ser feitas plantações. Houve pessoas que investiram a comprar terrenos na perspetiva de fazerem exploração turística do local. Era uma obra que eu não conheço que houvesse oposição, naquelas populações, obviamente, tem alguns impactos ambientais, mas das que estavam previstas era das que menores problemas

teria a nível ambiental. Havia a comunidade toda a apoiar a realização dessa obra. Ficamos surpreendidos quando, sem ouvir as populações, sem ouvir os presidentes da Câmara, porque isto foi dito, sem sequer justificar os motivos, porque até agora não sabemos porque é que o governo não vai executar esta obra. Os deputados do PSD já fizeram chegar ao Ministro do Ambiente, há um mês, o pedido para que lhe dê-se o documento do Plano Nacional de Barragens em que estavam os fundamentos desta decisão, e há um mês que continuam à espera. Como é óbvio, as populações não podem deixar de manifestar o repúdio por esta decisão política. -----

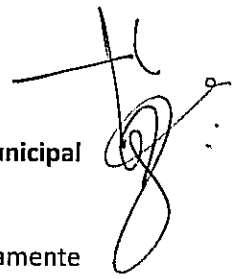
--- Não posso, também, deixar de me congratular com a posição assumida pela Assembleia Municipal de Mangualde que, no dia de ontem, votou de forma esmagadora favoravelmente uma moção de caráter idêntico a esta apresentada pelo PSD, numa Assembleia Municipal de trinta e nove pessoas teve três votos contra, é com satisfação que deixo aqui a nota, mesmo da parte do Presidente da Câmara de Mangualde e ter a posição de apoio a esta moção. Parece-me que aqui quem vota contra, já ouvi ontem esta versão, contínuo sem perceber e se calhar daqui a um mês ou dois, contínuo sem perceber. Dar aqui o meu apoio a esta moção que foi conjugada entre os Municípios de Mangualde e Nelas e os Deputados Municipais de Mangualde e Nelas, são os concelhos que aqui fazem parte da CIM, são por isso afetados por essa decisão. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Marques, cuja intervenção se transcreve: "Muito boa tarde a todos. Em relação a isto dizer primeiro que, obviamente, nós nos últimos anos já apresentamos muitas moções, infelizmente, com o governo anterior nunca houve uma resposta sequer. Por isso, na última Assembleia Intermunicipal, eu próprio propôs que todas as moções que tinham sido aprovadas no último mandato fossem reenviadas para este Governo, para ver se desta vez, ao contrário do Governo anterior, se havia mais respeito pela nossa Assembleia Intermunicipal.

--- Por isso, ao fim de um mês é normal que ainda não haja grandes respostas, mas esperemos que em breve as haja para que não aconteça como aconteceu no passado. -----

--- Depois, Senhor Deputado, que eu saiba, não é o Governo que vai executar a obra, a obra será executada por privados, supostamente, seria executada pelos privados. -----

--- Depois, ao contrário do Governo anterior, este Governo não empurrou com a barriga este processo, como o outro Governo fez com outras coisas, como o BANIF e coisas parecidas com os resultados que vimos hoje, tomou decisões, que é o que é preciso e para isso que eles lá estão, foi para isso que foram eleitos. Foi para isso que foram eleitos, convido-vos a ler a Constituição da República Portuguesa, com certeza já todos nós sabemos mais sobre as leis eleitorais e sobre a formação do Governo. -----



--- Dizer também que, isto para mim, é um caso que, obviamente, votarei contra e obviamente votarei contra porque esta decisão é uma boa decisão e é uma decisão que vai de encontro aquilo que os privados também diziam, porque que eu saiba para dançar o tango é preciso dois.

--- Não basta o Estado querer que se faça a obra, é preciso que o privado queira que ela se faça, se o privado não a quer fazer, não o vamos obrigar a isso. Com uma vantagem, é que desta forma, será a empresa a indemnizar o Estado, será a empresa a indemnizar os particulares, será a empresa a fazer a reversão dos proprietários dos terrenos, do que forem da negociação que está a ser feita, será a empresa a arcar com esses custos, que era algo que não estávamos habituados até hoje.-----

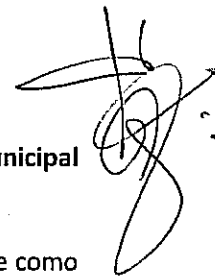
--- Até hoje, estávamos sempre habituados a ser o Estado a pagar e agora não, o privado não quer e o privado indemnizará, que assim é que terá de ser, são tempos diferentes, são gerigonças diferentes, mas como disse o Primeiro-Ministro esta até funciona e a nossa aqui também".-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve: "Muito obrigado Senhor Presidente. Fico bastante admirado, mesmo confundido com as palavras que aqui ouvi. Senhor Deputado Paulo Marques, desconhece na totalidade o que se passa naquela zona, já foi investidos oitenta milhões e também, fica a saber que, está a ser feito e foi pedido a Endesa que se, digo lhe isto também porque sei disto em primeira mão, se os proprietários que receberam o dinheiro pelos seus terrenos se os quiserem reaver, dão dinheiro à Endesa e é esse dinheiro que a Endesa tem que devolver ao Estado, não é mais nenhum.-----

--- Porque a Endesa estava para fazer a obra, a Endesa já lá aplicou máquinas, já abriu arruamentos, já expropriou tudo, bem ou mal, portanto, não vamos cá à história de dizer o Estado vai receber, não vai receber nada. A Endesa não se escusou de fazer o projeto, a Endesa tem é que parar porque o mandaram parar, pense bem nisso, e fique a saber que, é assim que funciona.-----

--- Até porque, os Presidentes de Câmara, inclusive o de Mangualde, fizeram um pedido de esclarecimentos no dia 18 de abril de dois mil e dezasseis, e eu espero que também tenha conhecimento disso Senhor Deputado Marco Almeida, onde o Senhor Presidente também assinou, não lho vou ler porque é escusado estar a ler isso, mas também eles lamentam completamente a decisão do Governo Português e do Grupo Endesa, sobre qual os Municípios expressaram a sua oposição. -----

--- A reunião mantida em 18 de abril para os promotores que era o Ministro e Secretário de Estado do Ambiente, eles tiveram lá, foram os primeiros a fazer isto, nós aqui só estamos a apoiá-los. Tenho também a dizer que a Assembleia Municipal de Nelas, votou por unanimidade numa



atualmente governam teve que haver várias cedências, a gerigonça têm que funcionar, e como tem que funcionar, tem que ceder. -----

--- Portanto, não pus em causa aqui ninguém, apenas defendo terras do meu concelho da região Centro, de todas as terras que representa esta Assembleia Intermunicipal e foi nesse sentido que aqui vim. -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 24 votos a favor, 5 contra dos Senhores Deputados Joaquim Santos; Paulo Marques; Marco Almeida; Jaime Pinto; Firmino Meneses e 9 abstenções dos Senhores Deputados César Branquinho; Edite Cruz; Vitor Fernandes; João Cândido; José Castanheira; Alexandra Neves; Rui Almeida; José Correia. -----

--- Declaração de voto dos Senhores Deputados Joaquim Santos, Paulo Marques; Marco Almeida, Jaime Pinto, Firmino Meneses, que se transcreve: "Formalmente cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, Senhor Vice-Presidente, a Mesa e os meus colegas. -----

--- A Declaração de Voto é a seguinte: obviamente que, como membro desta Comunidade Intermunicipal, que integra dois municípios que dela fazem parte, sou solidário e lamento o que possa ter acontecido. Não concordo é com o conteúdo da moção, que é efetivamente político, que é uma farpa, porque apela ao repúdio. É bom que tenhamos consciência daquilo que se pretende atingir, já disse, lamentar sim, repudiar não, e vai no sentido do que aqui foi explicado.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Marques, cuja intervenção se transcreve: "São só trinta segundos. Agora sim, os meus cumprimentos à Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, muito gosto por estar aqui presente neste belo concelho. Cumprimentos à Mesa, cumprimentos a todos. Apenas para vos cumprimentar, sejam bem-vindos ao meu concelho de Vila Nova de Paiva. -----

--- Espero que tenhamos uma reunião boa, que já está a ser boa e acesa, como se quer, que não demore muito tempo, principalmente para os benfiquistas, para mim não faz diferença nenhuma. E dizer vos que aproveitem e jantem connosco e é só isso. Bem-vindos ao nosso concelho. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado." -----

--- Ordem do Dia -----

--- Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos – Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 30 de novembro e o dia 20 de abril de 2016, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e apresentação da rede de educação, dinamizada no âmbito do modelo de governação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial “Viseu Dão Lafões 2020”, e do trabalho desenvolvido ao nível da Rede de Oferta de Cursos Profissionais na Região Viseu Dão Lafões-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “Muito obrigado Senhor Presidente, entretanto chegaram Senhoras Deputadas e Senhores Deputados aproveito também a oportunidade para vos cumprimentar.--

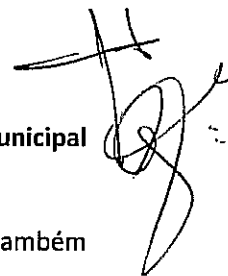
--- Foi-vos distribuído esta informação escrita porque assim o entendemos desde que nos reunimos e que dá, digamos, um conjunto de ações de atividades de iniciativa da Comunidade Intermunicipal, desde a última Assembleia Intermunicipal em trinta de novembro de dois mil e quinze.-----

--- Como sabem, estamos a fechar um quadro comunitário para entrarmos rapidamente no Portugal 2020, e nós, obviamente, com a nossa estrutura técnica, o secretariado e a estrutura técnica tem tido muito, muito trabalho para fechar todos os projetos que foram contratualizados e outros que também vos vou elencar e que tivemos a ousadia e a capacidade de executar em *overbooking*.-----

--- Mais de cem projetos que estão a ser finalizados temos até ao dia quinze de maio para fechar de vez, porque são assim as imposições da CCDR, e digamos que, temos a estrutura neste momento toda focada no fecho destes projetos. Mas, obviamente, que também correu todo o nosso território, todos os nossos concelhos, e também a avaliação foi feita com a exposição “Crescer - Pelo Sucesso do Passado Projetamos o Futuro”.-----

--- Todos nós tivemos oportunidade de verificar os investimentos estratégicos foram colocados e executados em todos os Municípios, também para vos dar nota que, neste momento estamos, e eu mais à frente irei falar especificamente nesta temática, a estabelecer um modelo de governança permite desenvolver e estarmos altamente preparados para o Portugal 2020, aquilo que contratualizamos.-----

--- E nesse sentido, estamos a criar as redes, e desde logo a Rede de Emprego, Empresas e Empreendedorismo; a Rede da Educação e Qualificação; a Rede de Qualificação e Mercado de Trabalho; a Rede de Coesão Social, rapidamente e abordarmos os avisos de Concurso e conseguirmos, também, executar como sempre temos feito, estamos na linha da frente para a



execução de fundos comunitários, não só aqueles que temos contratualizados, mas também outros que surjam estas oportunidades. -----

--- Também, em termos de modernização administrativa, hoje e aí sim, com uma cultura supramunicipal, a nossa Central de Compras a funcionar em pleno, em prol dos Municípios e também de outras entidades, instituições que se quiseram também associar nesta Central de Compras, que permite uma gestão eficiente de recursos públicos na redução de preços e na redução de custos administrativos e transação. -----

— E quero transmitir a esta Assembleia Intermunicipal que, já fizemos acordos quadros para aquisição de combustíveis, aquilo que nos é comum e aquilo que é a todos nós nos Municípios e nas Instituições que eu falei, IPSS, Bombeiros, nomeadamente essas instituições que se juntaram connosco e aquilo que nós é muito caro, digamos assim, caro pelo valor, combustíveis rodoviários, eletricidade, os transportes escolares, os seguros, as águas, os consumíveis de higiene e limpeza, o serviço de segurança e higiene no trabalho, é um todo conjunto de leilões, de papel, de consumíveis e impressão, é um conjunto que digamos de serviços que são transversais aos Municípios. -----

--- Quero-vos também transmitir que neste momento estamos em pleno, também na execução daquele projeto que nos foi concedido a qual esta Comunidade, a nível nacional em concorrência com oito Comunidades Intermunicipais, alocamos mais de trinta por cento destes fundos que são a transferência dos serviços partilhados, estamos em fase de adjudicação, por exemplo, deste projeto de cartografia para toda a Comunidade Intermunicipal. -----

--- Quanto à Marca, e estando nós em permanente diálogo, e em permanente concertação com a CCDR, também com o Turismo do Centro, faz sentido esta Instituição estarmos concertados, mas muitos dos eventos ocorreram desde novembro, uma participação na BTL, na feira em Lisboa, também com ações de rua na cidade do Porto, também conjuntamente com a AHRESP em lançarmos o programa seleção de Gastronomia e Vinhos Viseu Dão Lafões para qualificação de todos os nossos, aqueles que quiseram aderir, obviamente, dos nossos empresários da restauração para que tenham a vinheta e o selo de qualidade. -----

— Continuamos com o nosso projeto de promoção de empreendedorismo, que nos é muito querido e que todos conhecem muito bem, desde logo, e vamos falar um bocadinho mais à frente, as escolas empreendedoras da Comunidade Viseu Dão Lafões, envolvendo todos os níveis de ensino. Também com as Conferências Teen, com a requalificação de muitos professores para isto, o Colóquio que foi realizado nesta temática “Os novos desafios da Educação no território Viseu Dão Lafões” onde estiveram cerca de, durante dois dias, cento e setenta professores. -----

--- Também vos quero dizer que, enquanto Comunidade Intermunicipal CIM piloto, fomos piloto em muita coisa e se fomos escolhidos como CIM piloto é porque também damos provas que, e relembro-vos aqui, fomos CIM piloto com o Turismo do Centro, fomos CIM piloto nos serviços partilhados, somos CIM piloto na Loja do Cidadão.-----

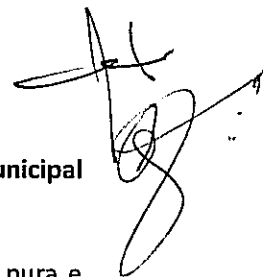
— Isto quer dizer que também os serviços desconcentrados do Estado, a CCDR e o Governo deposita confiança na nossa Comunidade Intermunicipal, temos essa capacidade para fazermos esta execução. Também na área da Educação, sendo Comunidade Intermunicipal Piloto fizemos o diagnóstico aprofundamento regional das necessidades de qualificação num programa estratégico de formação para a região e neste momento temos, aprovado em Conselho, estas ofertas formativas para toda a rede formativa, não o ensino regular, mas toda a rede formativa, neste momento, a formatação das turmas e que vai ao encontro das necessidades formativas, porque foi muito partilhado, nomeadamente com o Instituto de Emprego, com as Associações Empresariais e Comerciais, as próprias escolas tiveram muito envolvidas nesta temática e conseguimos concertar, aprovar digamos, as turmas e aquilo que os nossos empresários realmente necessitam para a região.-----

--- Também se bem se recordam, alguns de vocês estiveram neste auditório na área da Proteção Civil, em que estivemos na linha da frente, na execução em *overbooking* do POVT, das comunicações para com os elementos da Proteção Civil Municipal e Associação de Bombeiros mais uma vez, um dos primeiros a entregar estes equipamentos de comunicação para ser feita a articulação em toda a Proteção Civil.-----

--- Na eficiência energética, hoje verificamos que quase todos os municípios aproveitaram numa candidatura liderada pela Comunidade Intermunicipal, principalmente na iluminação pública temos quase ou alguns concelhos e outros que também apostaram por si, temos iluminação pública a LEDS e que dá ganho e há eficiência económica e ambiental.-----

--- Mas também não ficamos por aqui, neste momento apresentamos mais uma candidatura de promoção da eficiência do consumo energético no plano nacional e que permite, se tivermos o mérito da nossa candidatura de a ganhar, termos também a substituição de luminárias existentes na sua quase totalidade.-----

— Caros Senhores Deputados, caras Senhoras Deputadas, também no Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, neste momento estamos praticamente com ele numa fase intermédia, depois de diagnosticar e avaliar a situação de todo o território na Mobilidade e nos Transportes e quero vos transmitir que, os municípios de onde nós fazemos parte, enquanto agentes autarcas mas, também, as Comunidades Intermunicipais, hoje com a nova legislação,



somos Autoridades de Transporte, temos uma palavra a dizer nestas concessões que pura e simplesmente vão terminar que, como sabem, vão rapidamente e nós temos que assumir também este desafio de no nosso território, nos nossos municípios ou na nossa sub-região definirmos enquanto Autoridade de Transportes as concessões que temos e aí sim, definimos a Rede de Transportes Públicos que valoriza a mobilidade das pessoas e não só pelos serviços públicos mas, também, para o trabalho, nomeadamente, para a deslocação para as escolas e para as universidades.-----

--- Estamos numa fase mais avançada na implementação deste projeto e oportunamente será vos dado a conhecer o que é o resultado deste Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes.-----

--- A Ecopista do Dão continua a ganhar, a ser apresentada internacionalmente em Madrid, na Holanda onde estivemos representados, mais uma referência de mérito.-----

--- Para além disso, obviamente que, o Conselho Intermunicipal têm realizado ordinariamente, isto é todos os meses, e extraordinariamente, quando se justifique, todas as reuniões para apreciar, deliberar, todos os assuntos que julga necessário, depois encontram-se aí elencadas um conjunto de outras atividades de muitas temáticas que trouxeram aqui a esta Assembleia com reuniões permanentes com o governo, as Secretarias de Estado do Ambiente, Ministério das Infraestruturas, também da Educação, um conjunto de reuniões para tratar de questões específicas mas estruturantes para a nossa região".-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção deu o ponto por encerrado."---

--- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2015, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: "Obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados. Chegou a este ponto de análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas. -

--- Eu quero dar duas notas prévias, a primeira das quais, como sabem neste tipo de legislação que regula esta Comunidade e a Assembleia, as contas são apresentadas pelo Secretário Executivo ao Conselho Intermunicipal que depois de apreciadas são votadas, tal como são votadas nesta Assembleia Intermunicipal.-----

--- Vamos usar desta metodologia, o Dr. Nuno Martinho vai fazer a apresentação não só o relatório mas também da prestação de contas, hoje connosco também em face de algumas dúvidas que foram surgindo na elaboração destes dois documentos ou melhor, na elaboração dos documentos não houve qualquer dúvida, temos também connosco o nosso consultor, a quem eu cumprimento desde já, Dr. Pedro Mota e Costa, que nos vai ajudar enquanto especialista nesta área, a esclarecer a Mesa e os Senhores Deputados caso julguem necessário e que agora chamava para a Mesa". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: "Vou tentar ser breve na explanação do Relatório de Gestão, e demais documentos de prestação de contas, relativos ao exercício económico de 2015, obviamente, deixando para o debate, questões mais técnicas, que os Senhores Deputados queiram ver esclarecidas e respondidas. -----

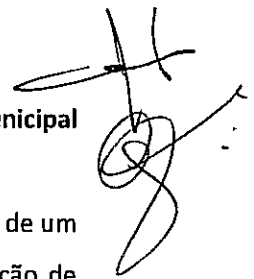
--- Dar nota que a documentação foi distribuída atempadamente, logo após a reunião com o Conselho Intermunicipal, com uma semana de antecedência relativamente a esta Assembleia Intermunicipal. -----

--- Foi distribuída toda a documentação, sendo o relatório de gestão bastante detalhado sobre toda a atividade desenvolvida pela CIM e, pelo que vou, de uma forma rápida, fazer uma breve alusão à situação económica, financeira e patrimonial da Comunidade Intermunicipal e também alguns níveis de execução orçamental. -----

--- Relativamente às atividades, às Grandes Opções do Plano durante o ano 2015, o Senhor Presidente através da informação escrita já falou de algumas delas, algumas que tem vindo ano após ano a ser projetos estruturantes da Comunidade Intermunicipal, e por si liderados, juntamente com os seus municípios ou, também, com os outros atores da região, ora sejam Associações Empresariais, Sistema Científico e Tecnológico ou da área da Cultura e do Turismo.

--- No ano 2015 encerramos o nosso projeto de Modernização Administrativa que tínhamos financiado no âmbito do programa nacional COMPETE. É, pois, um caminho que a CIM tem vindo a fazer desde dois mil e nove quer na área da reengenharia, quer na da desmaterialização, quer na disponibilização de serviços *online* aos municípios e às empresas, quer na área do SIG, do Sistema de Informação Geográfica, à escala supramunicipal, muito baseados em tecnologia *open source* e *open data*, libertando, também, os municípios de software proprietário, é um caminho que muito nos orgulha.

--- A par disto, temos, também, continuado o projeto de formação e de capacitação dos colaboradores dos municípios da Comunidade Intermunicipal em áreas muito variadas e o



Senhor Presidente, também, já deu a nota á pouco, de um projeto que iniciámos, acerca de um ano e meio atrás ao nível da Central de Compras Viseu Dão Lafões fazendo a agregação de necessidades de um conjunto de tipologia de bens e serviços com grande expressão financeira na despesa dos municípios, como sejam combustíveis, refeições escolares ou energia elétrica, tendo como objetivo colocar à disposição dos municípios um conjunto de acordos quadro para que possam fazer as suas aquisições, promovendo, desta forma, poupanças financeiras significativas, mas também, por outro lado, uma redução, também significativa, dos custos administrativos. -----

--- Dentro do projeto de Modernização Administrativa, temos o projeto dos Serviços Partilhados, um Contrato Programa que temos com a DGAL e com a CCDR, na ordem dos setecentos e vinte e dois mil euros e que se prende com a Cartografia Digital homologada à escala 1:2000 e também à escala 1:10000, estando este na fase de adjudicação, pois trata-se de um concurso público internacional. -----

--- Este projeto de serviços partilhados irá, também, permitir dar corpo à criação de um Centro de Competências de Gestão das Vias na Comunidade Intermunicipal assente, essencialmente, em tecnologia SIG sendo o parceiro do mesmo a empresa Infraestruturas de Portugal, S.A.. -----

--- O Empreendedorismo e a Rede Regional de Empreendedorismo, um projeto que já é de todos conhecido, e que visa a criação de um ecossistema empreendedor no nosso território, desde logo, criando bases na área da educação e formando jovens e professores nessa área. Mas, durante o ano de dois mil e quinze, realizamos um concurso nacional de ideias de negócio o "*Wanted Bussiness Ideas*", em colaboração com o Sistema Científico Tecnológico, em colaboração com a Associação Empresarial e também com uma instituição financeira que na altura se associou, dar nota que, desse concurso, saíram cem ideias de negócio e muitas delas hoje, cerca de quinze ideias, estão a ser acompanhadas na Comunidade Intermunicipal e nos nossos parceiros da Rede Regional de Empreendedorismo para que de facto façam o seu caminho e consigam ser incubadas numa das Incubadoras da nossa região. -----

--- Dar nota, também, que no ano de dois mil e quinze iniciamos um projeto, em parceria com os municípios, de gestão e de governança das incubadoras da nossa região, colocando-as em rede, dando-lhes um modelo de gestão comum, tendo, também, subjacente uma logica de serviços partilhados, de apresentação de candidaturas a fundos comunitários em conjunto, sendo que, muitas delas, surgiram na Rede Urbana de Competitividade e Inovação, liderado pela CIM, sendo que, nesta data, temos incubadoras em Tondela, em Mangualde, em São Pedro do Sul, e em Viseu juntamente com a da AIRV e a do Instituto Politécnico de Viseu, que já existiam.

--- O Senhor Presidente, também, já falou, do caminho que tem vindo a ser desenvolvido na área da Proteção Civil, como foi o projeto de aquisição dos equipamentos de Proteção Individual, ou o projeto concluído no ano transato, a cartografia de risco, numa parceria com a Autoridade Nacional de Proteção Civil e em dezembro último, exatamente neste espaço, apresentámos e entregámos aos serviços municipais de proteção civil e às Cooperações de Bombeiros os equipamentos de comunicação a inserir na Rede SIRESP - Rádios TETRA.-----

--- No âmbito da eficiência energética, a CIM conclui, com sucesso, a candidatura ao POVT, onde muitos municípios fizeram a sua transição para luminárias LED, outros fizeram um conjunto de investimentos em reguladores de fluxo luminoso e relógios astronómicos.-----

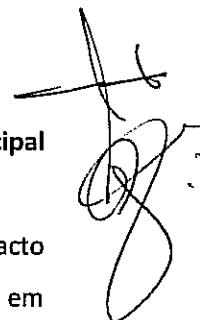
--- Ainda na área da eficiência energética dar nota que, a exemplo do ano dois mil e quinze, no ano de dois mil e dezasseis a CIM centralizou toda a aquisição de energia elétrica para iluminação pública para os catorze municípios e já este ano de dois mil e dezasseis fizemos uma candidatura supramunicipal ao PPEC para continuarmos no caminho da redução da fatura energética dos municípios.-----

--- O ano de dois mil e quinze marca, também, o início da elaboração de um documento que é estruturante e estratégico para toda a região, o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes. Neste momento concluímos a fase de caracterização e de diagnóstico, entrando agora na fase de sinalização prospetiva do Plano Intermunicipal. -----

--- Dar nota, também, do projeto da Marca Viseu Dão Lafões, sendo que no âmbito da nossa submarca Viseu Dão Lafões, temos vindo a trabalhá-la, em parceria com o Turismo Centro de Portugal, procurando obter financiamento que permitam dar maior notoriedade à região, atraindo, assim, mais turistas e que estes fiquem mais tempo no território. -----

--- É, também, nossa intenção, continuar a desenvolver e a investir na área da Promoção Turística, durante o ano de dois mil e dezasseis, promovendo candidaturas ao Portugal 2020, sempre numa lógica de operacionalização estratégica com o Turismo do Centro de Portugal, continuando a fazer o caminho que temos vindo a fazer até agora, ou seja, numa lógica de campanha de meios, numa lógica de estruturação do produto e na lógica de eventos ancorados nos recursos do território.-----

--- O core da Comunidade Intermunicipal foi, de facto, ser organismo intermédio de fundos comunitários, gerimos mais de setenta e oito milhões de euros no QREN e, agora, estamos na fase de algumas "dores" que, é o encerramento físico e financeiro, com os municípios, de todas estas candidaturas.-----



--- Mas, obviamente, o ano de dois mil e quinze fica marcado por toda a negociação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, com a assinatura a trinta e um de agosto, em Coimbra, desse Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial e com o correspondente envelope financeiro, na ordem dos trinta e nove milhões de euros. -----

--- Obviamente, agora, a CIM está, no âmbito do Pacto, a trabalhar em conjunto com os seus municípios, bem como, diversos parceiros da região, de um conjunto de áreas muito diferentes do que a Comunidade Intermunicipal e os seus municípios estão habituados, a preparar, estamos a falar de intervenções na área da Educação, na área da Coesão, na área da Economia, com apoio a projetos empresariais de promoção do empreendedorismo e de criação de empresas, entre os cem e dos duzentos e trinta cinco mil euros. -----

--- Nesta ótica o modelo de governação idealizado pela CIM proporcionou a criação de um conjunto de redes de trabalho na região, a Rede Emprego, Empresas e Empreendedorismo, em que o seu parceiro chave é a AIRV, a Rede da Coesão Social, em que o parceiro chave é o Centro Distrital de Segurança Social, a Rede de Educação, em que o parceiro chave é a DGesTe, e a Rede de Qualificação e Mercado de Trabalho, em que o parceiro chave é o Instituto de Emprego e Formação Profissional. -----

--- Dar nota, apenas, na área da Educação, do trabalho que fizemos com a ANQEP e com a DGesTe, no nível de qualificação não superior, fazer um ajustamento entre a oferta e a procura dos cursos profissionais da nossa região. -----

--- Fomos CIM piloto no ano letivo dois mil e quinze e dois mil e dezasseis, conseguimos consensualizar com as escolas da nossa região uma proposta formativa e continuamos esse trabalho no ano de dois mil e dezasseis tendo, curiosamente, no passado dia vinte de abril feito, também, a aprovação dos cursos profissionais para o próximo ano letivo, sempre num grau de compromisso muito importante com as escolas mas, também, com as empresas, o Instituto de Emprego, a DGesTe e a ANQEP. -----

--- De uma forma muito genérica, são estes de facto as principais atividades e estão decalcadas e mais desenvolvidas, obviamente, no nosso relatório de gestão. Relativamente à situação económico-financeira da CIM e principalmente aquela que é expressada no balanço, o balanço de cerca de 1,5 milhões de euros, um aumento significativo, relativamente ao exercício económico de dois mil e catorze, na ordem dos seiscentos mil euros, muita da responsabilidade deste aumento do total do balanço é da transferência da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu. -----

--- Em termos da dívida de terceiros, tem pouca expressão no balanço, somente de quotizações em dívida dos municípios. E as dívidas a terceiros são residuais, como podem verificar, tem a ver com fornecedores de conta corrente, Estado e outros entes públicos, nomeadamente, o que se vence no ano de dois mil e quinze e que é pago no janeiro de dois mil e dezasseis, algumas cauções de garantia de fornecedores. Passamos o ano com um saldo em disponibilidades na ordem dos quatrocentos e setenta e cinco mil euros e o aumento, também, que é de notar, na rubrica de imobilizado, concretamente no equipamento base, um aumento significativo que alguns Senhores Deputados podem perguntar o porquê, mas tem a ver, exatamente, com a aquisição dos rádios SIRESP, pois eles são propriedade da Comunidade Intermunicipal, embora sejam colocados às disposições, a partir de um protocolo com os Bombeiros e com os Serviços Municipais de Proteção Civil, destes.-----

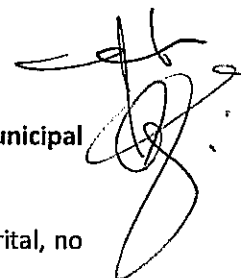
--- Do lado dos capitais próprios e do passivo, dar nota, também, do aumento dos fundos próprios, um aumento significativo, tendo, também, a ver com a transferência da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu.-----

--- Em termos de demonstração de resultados, dar uma nota, que a maior expressão tem, obviamente, a ver com a conta de fornecimento e serviços externos, os custos com o pessoal e os proveitos da CIM resultam, basicamente, da quotização dos seus municípios, as transferências que são feitas em duodécimos pela DGAL, via Orçamento de Estado, e as transferências dos fundos comunitários, FEDER e Fundo Social Europeu por via dos projetos QREN em que a CIM tem sido executora.-----

--- Em termos de execução orçamental não há nada de especial a registar, quer do lado da execução orçamental da receita, quer da despesa. Alguns projetos não executados, tem a ver com o facto de a CIM os ter colocado em plano pensando que o Portugal 2020 iria permitir a sua execução, mas tendo em conta o atraso do Portugal 2020 não foi possível, e essa execução acabou por não acontecer.-----

--- Em termos do saldo de gerência transita para dois mil e dezasseis que a seguir vamos pedir, aos Senhores Deputados, uma revisão orçamental para incluir um saldo gerência na ordem dos quatrocentos e cinquenta e dois mil euros.-----

--- Relativamente à prestação de contas de dois mil e quinze fica, obviamente, marcado e já o disse á pouco, também, pela transferência da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu para a Comunidade Intermunicipal e, relativamente a isso, não obstante, o Senhor Presidente e o Dr. Pedro Mota e Costa, puderem explanar o assunto, aproveito para dar nota que a CIM recebeu no dia dezanove de novembro de dois mil e catorze a comunicação da Assembleia



Distrital de Viseu sobre a deliberação da afetação da universalidade da Assembleia Distrital, no dia vinte oito de janeiro de dois mil e quinze a CIM rececionou um ofício do Secretário de Estado da Administração Local para que a CIM se pronuncia-se sobre a transferência da universalidade, dada, também, a incompletude da comunicação da Assembleia Distrital de Viseu para com o Secretário de Estado, e no dia quatro de fevereiro, na reunião do Conselho Intermunicipal comunicamos ao Governo, e ao Senhor Secretário de Estado, a aceitação desta universalidade.

--- Quería dar aqui uma nota sobre o impacto que teve nas contas da Comunidade Intermunicipal esta transferência da universalidade.-----

--- Relativamente a isto, foi transferido para a Comunidade Intermunicipal património imobiliário, o edifício da Casa do Adro no centro da cidade de Viseu, ao pé do Museu Grão Vasco, por todos conhecido, cerca de setenta e oito mil euros em disponibilidades, depositado em Instituições Financeiras e, também, de todo o sector editorial da Revista Beira Alta. Aliás, a CIM rapidamente começou a tratar deste património imaterial, que vinha da Assembleia Distrital de Viseu, editando, em dezembro último, um novo número da Revista Beira Alta agora sobre a égide da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.-----

--- Dizer, também, que durante o ano dois mil e quinze os serviços da CIM fizeram um trabalho apurado no sentido de proceder à identificação de todo o imobilizado, de todo o equipamento, de todo o artesanato que estava na Casa do Adro e fazer, também, a sua etiquetagem e fotografando todo este acervo que transferiram para a CIM.-----

--- Duas notas que queria dar relativamente à transferência da universalidade, a primeira tem a ver, e com reflexo nas contas, com o número de edições da Revista Beira Alta. A Revista Beira Alta começou a ser editada em mil novecentos e quarenta e dois e está agora no ano de dois mil e dezasseis, e verificamos um conjunto significativo de exemplares da Revista Beira Alta, mais de vinte e oito mil, destes anos todos que estavam na Assembleia Distrital de Viseu e que o valor do *stock*, tendo em conta o custo poderia eventualmente ser estimado, poderia rondar cerca de oitenta mil euros. Portanto, aqui, e relativamente a esta questão da Revista Beira Alta e dos exemplares, que estavam na posse da Assembleia Distrital de Viseu, foi um ativo que foi transferido para a Comunidade Intermunicipal e foi opção da Comunidade Intermunicipal, dos serviços e também do Revisor Oficial de Contas, não fazer o lançamento desta mensuração, destas existências, destas Revistas no ativo, exatamente com base em princípios contabilísticos, dada ser incerta e remota a sua alienação, pelo que, quando forem vendidas, vão ser lançadas como proveito na Comunidade Intermunicipal.-----

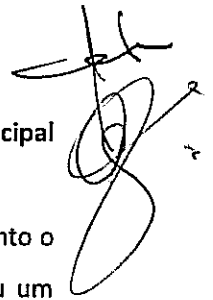
--- Como dizia, trata-se de reconhecimento de ativos que poderiam nunca serem realizados e, portanto, o princípio contabilístico da prudência e da realização determinam esta metodologia.

--- A outra nota tem a ver com os ativos financeiros, leia-se participações dos municípios por cobrar da Assembleia Distrital de Viseu, que nos foram comunicados pela Assembleia Distrital de Viseu, na ordem de 1,3 milhões de euros relativos a quotizações em dívida dos municípios que fazem parte da Assembleia Distrital de Viseu e não só dos da CIM, mas dos vinte e quatro municípios do Distrito de Viseu, pelo que houve aqui a opção da Comunidade Intermunicipal, e também do Revisor Oficial de Contas, e também do nosso assessor jurídico relativamente a esta matéria que, desde sempre, vem acompanhando este processo, de não existirem certezas sobre se eram certos, líquidos e exigíveis estes ativos já que, também, não foi possível obter, junto da Assembleia Distrital de Viseu, nesta transferência da universalidade, qualquer documento, qualquer balanço, qualquer balancete, qualquer documento de suporte contabilístico com identificação destes montantes que transitavam em dívida dos municípios da Assembleia Distrital de Viseu. -----

--- Portanto, o que recebemos não tinha qualquer suporte contabilístico, um balanço, um balancete, leia-se em termos de documentos contabilisticamente válidos. Acresce, ainda, o facto de estas dívidas estarem expressas de forma diferente, nos municípios, tendo, de facto verificado, no Conselho Intermunicipal, que muito destes valores não estavam retratados e identificados na contabilidade dos seus municípios. Acresce, ainda, que a Assembleia Distrital de Viseu durante este tempo todo nunca os conseguiu cobrar aos seus municípios. Logo, uma incerteza quanto à natureza do crédito, quanto à sua exigibilidade e quanto à sua cobrança. ----

--- Dar nota, aqui, que trata-se, meramente, de um tratamento contabilístico assenta em princípios contabilísticos, que não estão identificados no balanço mas estão, de facto, tratados e explicados na nota em anexo ao balanço e à demonstração de resultados. E relativamente a isto, permitam-me só, também, concluir, que não deveremos confundir o que é um critério contabilístico com aquilo que é a receção da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu.---

--- O que a CIM está a dizer nesta prestação de contas é que tratou este ativo como um ativo incerto, da mesma forma que o tratou na questão das Revistas Beira Alta, com todo o *stock* da Revista Beira Alta, o princípio é exatamente o mesmo, porque baseando-se no princípio de realização e no princípio da prudência, a CIM não sabe qual é a expectativa de vir a receber estes ativos e, portanto, poderia constituir no futuro a CIM, em futuros exercícios económicos, ter que vir a constituir imparidades relativamente a isto. -----



— Podem perguntar os Senhores Deputados, mas trata-se de um ativo incerto? Eu pergunto o que é que se pode chamar a um ativo que não tem suporte contabilístico, balanço ou um balancete, em nenhum dos casos não está refletido nas contas dos municípios e ao longo destes anos também nunca foi cobrado pela Assembleia Distrital de Viseu, acresce, ainda, que a Assembleia Distrital de Viseu não aprova as suas contas há muitos anos, como é do conhecimento de todos. Portanto, relativamente a isto, foi este o tratamento que a CIM decidiu dar, obviamente, sustentada em pareceres, ponderada com os seus consultores e aliás está refletido na certificação legal de contas que foi emitida pelo ROC”.

— Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio, cuja intervenção se transcreve: “Muita boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, a restante Mesa, o Senhor Presidente da Comunidade, restantes elementos presentes na Mesa, caros colegas. Relativamente a este assunto, curioso, faz hoje precisamente oito dias em Lisboa a uma organização à qual eu pertença discutia-se algo muito parecido, também tínhamos a presença do Revisor Oficial de Contas e que de acordo com a nova legislação da apresentação de contas, não só de Instituições Públicas mas também de outro tipo de organizações privadas e não só. Portanto, foi dado a entender de que as receitas não cobradas deveriam ser incluídas e detidas nas contas, e essa organização pela primeira vez os valores foram muito diferentes, precisamente, porque entendeu-se que de acordo com a nova legislação deveria ser assim. E portanto, é dito aqui que o Revisor Oficial de Contas que trabalha com a Assembleia Intermunicipal tem uma opinião diferente, são duas, obviamente que eu não sou especialista, e portanto, não vou aqui fazer papel de juiz. Mas aqui teria dúvidas e como tal poderia eventualmente abster, só que também, temos que ter em conta que, a responsabilidade pessoal de cada um de nós é hoje também muito diferente daquilo que era no passado, nós somos responsáveis pessoalmente e individualmente, por isso é que nas votações é feita a votação nominal por tudo que aqui aprovamos ou não aprovamos. Portanto, o voto, relativamente, às contas é o voto que nos vincula pessoalmente a cada um de nós e por isso merece da nossa parte uma reflexão muito profunda e muito cuidada. Entendo que a abstenção numa matéria destas não faz sentido rigorosamente nenhum, a opinião da gente ou concorda ou não concorda, nunca votei contra nenhuma conta em lado nenhum em organismos, quer esteja num lado ou do outro do poder, em termos de contas, se não há dúvidas de que há alguma ilegalidade sempre votei favoravelmente, já no plano de ação, no orçamento, obviamente que, aí já o sentido de voto pode ser de outra forma. Pelo que, pelas duas razões evocadas, mas ainda mais por esta última que eu referi, leva que, efetivamente, entenda que deveriam estar vertidas nestas contas,

portanto, as receitas não cobradas, não ponho aqui em causa se houve timing suficiente ou não para serem feitos os cálculos, mas já ouvimos aqui valores, penso que isso poderia ser feito, obviamente que, numa forma mais ou menos atempada. E por isso mesmo é a razão por que eu vou votar contra estas mesmas contas. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Muito obrigado Senhor Deputado, muito obrigado Dr. Nuno Martinho pela apresentação clara, correta do tratamento das contas de dois mil e quinze, da integração naquilo que era líquido, certo e exigível e também com a clareza de dizer que nesta questão dos créditos dos municípios, por força de tudo aquilo que disse da sua base documental, desde logo da sua substancia porque as contas não eram aprovadas na Assembleia Distrital nos últimos vinte anos, também por aquilo que disse, os municípios a maior parte deles, Vila Nova é um deles, não refletem essas contas na sua contabilidade. -----

— Também porque esta Assembleia Distrital, convenhamos dizer isto, transferiu uma universalidade, com um lucro, porque nos transferiu também uma conta bancária, um depósito bancário. E digamos que, desfez a sua despesa corrente, porque teve receitas correntes e ainda nos conseguiu transferir um ativo, uma conta com liquidez. -----

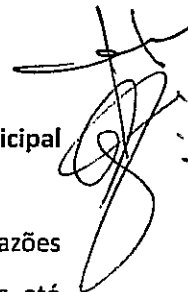
— Mas eu vou pedir aqui ajuda ao Dr. Pedro Mota e Costa que nos pode também esclarecer quanto a estes dois princípios da prudência e quanto a certificação legal das coisas. -----

— Senhor Presidente, neste momento vou pedir permissão para me ausentar estou no *deadline* por causa de outros compromissos, pelo que agradeço ao senhor Vice Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José António de Jesus, me substitua nesta Assembleia Intermunicipal”.-----

— Foi dada a palavra ao Dr. Pedro Mota e Costa, cuja intervenção se transcreve: “ De uma forma muito assertiva, porque penso que o Dr. Nuno Martinho já caracterizou muito bem a situação.-

— No fundo o que está em causa, é que, dentro da universalidade que foi transmitida da Assembleia Distrital para a Comunidade Intermunicipal, integravam essa universalidade um conjunto de bens e direitos, não havia obrigações, mas um conjunto de bens e direitos. O facto de eles constarem da universalidade não quer dizer que eles fossem todos eles certos, líquidos, exigíveis. -----

— O facto, por exemplo, de constar o edifício Casa da Adro, se eventualmente, por vicissitudes várias, quando se fosse ao registo e, eventualmente, ela não tivesse registada ou tivesse ónus, obviamente que, não teria as condições para ser reconhecida.No que concerne ao novo normativo contabilístico, Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas, é verdade que prescreve uma norma com essa natureza, mas também é verdade que, por força



do princípio da prudência prescreve que em alguns casos, quando não haja certeza, por razões várias ou eventos passados, não haja de facto essa convicção que venham a ser recebidos, até porque, olhando para a universalidade há lá, de facto, ativos, deste caso concreto, as quotas de municípios que já foram efetivamente recebidos pela Assembleia Distrital, há casos em que foram pagas pelo PAEL e que, portanto, foram sindicadas pelo Tribunal de Contas e mesmo assim não foram abatidas ao valor que foi transferido na universalidade. -----

--- Portanto, à data em que foi efetuado o relato, um conjunto de dúvidas fundadas e o julgamento profissional determinou a ação tomada, estando já implícito nessa lógica o novo sistema de normalização contabilística, ou seja, ir à norma de contabilidade pública quinze e trata-la como um ativo contingente, isto é, não se põe em causa que seja um ativo, há é de facto um conjunto de vicissitudes que, à data do relato, criam dúvidas de vícios que eventualmente os podem fragilizar, sendo que vai continuar a ser feito um juízo profissional sobre a matéria para que possam continuar a ser tratadas ou como ativo contingente ou, eventualmente, serem transformadas em receitas líquidas e exigíveis. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Vice Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José António de Jesus, cuja intervenção se transcreve: "Muito obrigado Senhor Presidente, todos os membros. Apesar do Senhor Presidente que, nos deixou agora, ter cumprimentado em nome do Conselho Intermunicipal todos os presentes, eu não poderia deixar de o fazer, também. -----

--- Julgo importante precisar um pormenor, julgo de, absoluta relevância é de que, a Comunidade Intermunicipal não está a prescindir de partes da universalidade que a entendemos como indivisível. É precisamente por não prescindir dessa parte da universalidade indivisível que, consideramos pela prudência, que aqui foi refletida, que este ativo seja contingente até ao momento em que ele passe a ser claro, certo, líquido e exigível ou se por razões que ultrapassem o limite da capacidade de o tornar exequível ele tenha outro tratamento contabilístico. -----

— E portanto, julgo que o princípio da prudência, que aqui está refletido, levou a que haja este tratamento, é meramente uma questão técnica contabilística, nada tem a ver com o princípio da universalidade, da transferência da universalidade, nem da indivisibilidade da unicidade da universalidade. -----

--- Julgo que é bom, estabilizar estes pontos, porque eles são meramente de tratamento técnico e não tem a ver com nenhuma fratura ou fração da universalidade transferida nos termos em que o Senhor Secretário Executivo aqui o relatou mas que lhe passaria também a palavra para complementar, porque me pediu a palavra para esse fim". -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Só uma nota para dar um exemplo relativamente, ao esforço de cobrança da Comunidade Intermunicipal, por exemplo, na questão dos assinantes da Revista Beira Alta. ----

— Recebemos um conjunto de dívidas de assinaturas da Revista Beira Alta onde nos últimos três, quatro meses temos feito um esforço grande de cobrança por parte dessas dívidas. Só queria frisar que, de facto, não está em causa a transferência da universalidade dos bens e direitos, mas sim, os critérios de mensuração aplicáveis ao processo de transferência daqueles ativos, no reconhecimento contabilístico na CIM. É bom que isso fique claro, pelo que este pedido de palavra visa esclarecer que nos termos da Lei nº 75/2013, compete ao Secretário Executivo proceder à elaboração das contas e submete-las ao Conselho Intermunicipal, portanto, nunca está em causa o acesso a esse direito pela Comunidade Intermunicipal, mas o grau de realização associado aos mesmos, tendo em conta, a sua antiguidade.-----

— Assim, trata-se de um mero tratamento contabilístico, tanto é que está refletido, está explicado no anexo ao balanço e à demonstração de resultados, pelo que a CIM irá de imediato continuar a fazer este esforço e esta análise relativamente a estes créditos, continuando a fazer um esforço de cobrança e fazer um apuramento, relativamente, a estes créditos que transitaram da Assembleia Distrital de Viseu. -----

— Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por maioria, com um voto contra, do Senhor Deputado, Manuel Teodósio e duas abstenções dos Senhores Deputados Alberto Ascensão e Vítor Fernandes.-----

--- Declaração de voto do Senhor Deputado Alberto Ascensão, que se transcreve: “Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Vice-Presidente, o Senhor Presidente do Concelho em exercício, o Senhor Secretário Executivo, cumprimento todos os Deputados municipais, cumprimento a Comunicação Social. -----

--- Sendo de Viseu eu queria dizer que tive o privilégio de ter uma explicação sobre este assunto dada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, relativamente, ao voto contra no Conselho Intermunicipal. Depois da explicação que obtivemos da parte da Câmara Municipal, através do Senhor Vice-Presidente e daquilo que eu vi aqui ficaram-me sérias dúvidas relativamente à forma como foi contabilizado, mas também à forma como se queria que fossem contabilizadas estas verbas. Primeiro, não foi demonstrado aqui pela CIM nenhum parecer jurídico, ou não foi mostrado nenhum parecer jurídico, como parece que estava previsto. Em segundo lugar, não ouvi falar na possibilidade de contabilização como dívidas de cobrança

duvidosa. E, em terceiro lugar, tenho dúvidas relativamente, só à exigibilidade, pessoalmente, na medida em que, não havendo orçamentos aprovados por parte da Assembleia Distrital, não sei se isto seria, de facto, exigível. Quanto à certeza (em quanto, a outra condição, dizem que não há. Não me parece tanto assim, na medida em que se tínhamos, por exemplo, as contas pagas pelos outros municípios, então aqueles que pagaram demonstravam que efetivamente as dívidas existiam, porque se alguém as pagou é porque os outros não as pagaram e essas dívidas existiam. O meu voto de abstenção foi exatamente por todas estas dúvidas que eu acabo por não perceber muito bem de que lado está a razão, porque, ainda por cima, falta o tal parecer jurídico que não foi demonstrado aqui".

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.

— Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2016, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.

— Foi dada a palavra ao Senhor Vice Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José António de Jesus, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente não sendo intuito provocar qualquer ruído na agenda normal dos trabalhos, mas penso que a declaração de voto que agora expressa suscita duas perguntas.

— Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: "Peço desculpa, as declarações de voto não tem qualquer discussão."

— Foi dada a palavra ao Senhor Vice Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José António de Jesus, cuja intervenção se transcreve: "Por essa mesma razão é que eu estou a dizer que eu não pretendo perturbar isto. Mas justificar-se-ia que no período de debate tivessem sido colocadas essas as questões para as pudermos aprofundar nessa matéria, mas é só uma questão de observação.

— Naturalmente que, em relação ao ponto em causa, em grande parte desta revisão procurará acomodar o exercício do saldo orçamental e que o Senhor Secretário Executivo irá fazer a justificação desta introdução.

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: "A Revisão Orçamental é exatamente para isso, para fazer a acomodação do saldo de gerência que transitou do exercício de dois mil e quinze para dois mil e dezasseis. Por outro

lado, para dotar algumas rúbricas Extra-GOP que estavam subdotadas em orçamento ordinário e também para acomodar alguns projetos, nomeadamente, nos Serviços Partilhados, no âmbito do protocolo financeiro com a DGAL e com a CCDR e para abrir e dotar um conjunto de rúbricas, no âmbito de áreas de intervenção que a CIM venha a desenvolver no Portugal 2020". -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a votação os documentos em apreço tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

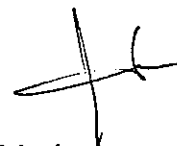
--- Relativamente ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** – Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 16 de novembro de 2015 e 20 de abril de 2016, ao abrigo autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 30 de novembro de 2015, de acordo com a Informação de Serviço nº 135/2016, de 13 de abril nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José António de Jesus, cuja intervenção se transcreve: “Resulta naturalmente duma imposição legal de nos termos em que está previsto, o Senhor Secretário irá apresentar essa última listagem nos termos em que está prevista.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Já cada um dos Senhores Deputados está habituado nas reuniões das Assembleias Intermunicipais exatamente a este ponto. Basicamente, tem a ver com compromissos plurianuais. Compromissos que foram assumidos pelo Conselho Intermunicipal, que pela sua natureza eram compromissos plurianuais, ou outros, que na altura da sua execução e adjudicação não se assumiam como compromissos plurianuais, mas por força da sua execução física e financeira se transformaram em compromissos plurianuais. -----

Portanto, são essas duas listagens que trazemos hoje aqui à Assembleia Intermunicipal para conhecimento. -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, retomou a palavra cuja intervenção se transcreve: “Não registamos também nenhum pedido de intervenção do público pelo que, meus caros amigos e meus caros colegas da Assembleia Intermunicipal e do Conselho Intermunicipal aqui presentes



agradeço muito a vossa presença a colaboração, a forma diligente como esta reunião decorreu, a forma também democrática como as questões foram tratadas".-----

--- Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma. -----

